

# Mailson garante estabilidade

Apesar dos altos índices de inflação, a economia permanecerá "organizada" até a posse do novo presidente da República. Foi o que garantiu ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, durante debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Segundo ele, o elevado grau de indexação existente hoje garantirá uma transição tranqüila. Além da indexação, o Governo pretende manter a inflação estabilizada em torno de 30% através da política de juros altos, controle de gastos de Tesouro, controle de preços dos oligopólios e preservação do nível de reservas internacionais.

Durante sua explanação aos senadores, Mailson destacou que a crise econômica brasileira está centrada em quatro aspectos: no forte desequilíbrio fiscal, no peso excessivo da dívida externa, no esgotamento do modelo atual de intervenção do Estado na economia, e nos efeitos da Constituição nas contas da União. Para o ministro, o principal item da crise é o desequilíbrio fiscal, que permanece com os altos índices de inflação, os quais corroem a receita do Governo em termos reais. É fruto também do aumento da sonegação de impostos e isenções concedidas principalmente às microempresas. "Devem-se considerar ainda os efeitos da Constituição, que representaram um aumento de 3 a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nas despesas do Governo. Isso significa mais da metade da arrecadação de impostos da União", acrescentou.

De acordo com Mailson da Nóbrega, a crise também se acentuou em função da queda dos níveis de

poupança do setor público. Em 1974 esta poupança alcançava 7% do PIB e hoje há uma despoupança de quase 2% do PIB. Lembrou que em 1977 a carga tributária bruta atingia 26,41% do PIB. A carga líquida era de 17,49% e as despesas do setor público situaram-se em 10,44% do PIB, resultando numa poupança de 7,05% do PIB. Em 1988 a carga tributária bruta caiu para 22,1% do PIB e a líquida para 9,87%, em consequência, principalmente, do volume de despesas com os juros da dívida interna, que subiram para 11,8%, gerando um nível de despoupança de 1,93% do PIB.

Para o ministro, o esgotamento do atual modelo econômico deve-se ao binômio proteção e reservas de mercado, sem contar com o controle de preços. Disse que este controle tem que ser feito, uma vez que existem setores oligopolizados, como, por exemplo, a indústria automobilística e de autopeças. Destacou também a existência do corporativismo no âmbito da burocracia governamental e da formação de verdadeiros "cartórios empresariais", que se mantêm através de benefícios do Estado, os quais devem ser extintos, salientou.

"Durante todos estes anos, o Estado vem negligenciando suas funções básicas, como a Educação e a Saúde. Não há forma de se sair da crise sem uma grande revisão do papel do Estado, com a eliminação dos exageros desta intervenção exagerada", disse. A partir disso, considera que o Estado passaria a concentrar suas ações em áreas como a diplomacia, segurança pública, educação, saúde.